

Vivendo na pele do outro

A observação participante para desvendar a favela da Rocinha, no Brasil

Vanessa Fernandes Amaro
Universidade Nova de Lisboa

Índice

1	Introdução	1
2	A observação participante no jornalismo	2
3	O dilema subjectividade - objectividade na observação participante e jornalística	5
4	O repórter em cena	6
5	Hora de subir o morro	8
6	Conclusão	14
7	Bibliografia	15

1 Introdução

A idéia de estudar o tema da observação participante empregada ao jornalismo surgiu no início do ano passado, quando a autora adotou esse método muito popular na sociologia e na antropologia para investigar uma rede que vendia ilegalmente vistos de trabalho a brasileiros clandestinos em Portugal.

Ela infiltrou-se entre os brasileiros para adquirir informações relevantes que pudessem desvendar o funcionamento desta rede, que envolvia inclusive funcionários dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Por forças de motivo maior, tais como ameaças de morte, a série completa de reportagens não pôde ser publicada no Tal&Qual, jornal

que se ofereceu para comprar todos os artigos.

Impedida de continuar nesta investigação, a autora decidiu partir para outros assuntos. Numa vasta lista de pautas, a última delas realizada, e publicada também no Tal&Qual, conta como viaturas em mau estado de segurança podem conseguir aprovação nos centros de inspecção periódica portugueses sem a merecer. A própria autora submeteu o seu carro com três falhas graves de segurança ao teste e foi chumbada numa primeira abordagem. Depois de conversar com um mecânico muito influente, e pagar 100 euros, um quarto do valor do conserto dos problemas, o veículo obteve o selo verde, mas estava a representar um perigo ao condutor, aos passageiros e aos demais automóveis.

Essa forma de captação do real, que faz com que o repórter vá a campo disfarçado, possibilita um grande mergulho, no momento do jornalista cumprir a função de relatar a realidade ao seu público. Esse mergulho é capaz de oferecer, além de uma aproximação ao objecto de estudo, a experiência de viver esse “novo” ambiente. O jornalista não perde o seu olhar focado, enquanto deseja compreender o que o outro vê.

É essencial colher informações sobre as pessoas de quem fala no texto e que não são

facilmente passadas ao jornalista, mas a alguém que está ali como mais um membro da sociedade. Sob disfarce, o repórter indaga, questiona e pode gozar de um acesso diferenciado de informações. Como tratar essas informações ou, pelo menos, reflectir sobre a forma como foram obtidas é um facto relevante para o desempenho da profissão.

Mais uma vez, a autora foi a campo, com o objectivo de relatar uma realidade muito distante à sua e à de muitas pessoas. Durante um período de férias no Brasil, entre dezembro de 2003 e janeiro de 2004, a autora encontrou meios de passar dois dias na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, a maior da América Latina. Fez-se de estudante de sociologia que queria sentir na pele como era viver em meio ao risco de tiroteios, ao constante tráfico de drogas e a desfrutar a companhia de traficantes, compradores de drogas e moradores. Uma experiência fascinante, que levou a autora não só a cumprir o seu objectivo, o de usar a observação participante do ponto de vista jornalístico, mas também a desmistificar preconceitos sobre os moradores de favelas. Acabou com a visão de monstros e substituiu-a pela de pessoas que lutam além dos seus limites para viver e, acima de tudo, sobreviver. E apesar de continuar a ver o tráfico de drogas como um dos grandes males do país, passou a considerá-lo um negócio, um trabalho como tantos os outros, numa nação em que as oportunidades são cada vez mais escassas.

Este trabalho está estruturado primeiramente na descrição do método da observação participante, numa breve análise dos textos publicados pela autora e na investigação realizada na favela da Rocinha. Baseia-se mais em experiências pessoais e conhecimento acumulado durante os seminários

deste primeiro semestre do que em livros, razão pela qual não se utilizou uma vasta bibliografia. É apenas o começo de um projecto de dissertação de mestrado, que irá sendo enriquecida com o decorrer dos seminários.

2 A observação participante no jornalismo

O método da pesquisa de terreno, nomeadamente da observação participante, supõe a presença prolongada do jornalista-investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e situações.

Este método contrapõe-se, mas ao mesmo tempo colabora com outras estratégias metodológicas de pesquisa jornalística e sociológica, como as que primam pela análise de dados estatísticos produzidos por instituições ou de documentos oficiais e as que têm como principais procedimentos a realização de inquéritos ou entrevistas, através de contactos pessoais e pontuais.

Neste tipo de método investigativo, o principal instrumento de pesquisa é o próprio jornalista-investigador. Ele observa os locais, os objectos e os símbolos, bem como as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de falar, presta atenção às situações, aos ritmos, aos acontecimentos. Participa, de alguma maneira, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente. É frequente encontrar “informantes privilegiados”, interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos a que não pode ter acesso directo. Na medida

do possível, complementa a sua observação com registos históricos, números, estatísticas, dados oficiais e outros documentos que possam ter relevância no contexto.

A observação participante é um procedimento de investigação não interferente e bastante discreto, comparado ao carácter intrometido, interferente e indiscreto de questionários e entrevistas formais. Paul Lazarsfeld chega a classificar os dados obtidos pelo primeiro conjunto de técnicas - observações - como “naturais” e os decorrentes do segundo como “experimentais” (Lazarsfeld, 1972:16).

O método da observação participante é aplicável para investigar não uma faceta isolada, mas um tecido espesso de dimensões articuladas do social. “A unidade social em observação não pode ser demasiado extensa e o período de observação não pode ser demasiado curto, uma vez que o que se pretende é uma recolha intensiva de informação acerca dum vasto leque de práticas e de representações sociais, com o objectivo tanto de as descrever como de alcançar a caracterização local das estruturas e dos processos sociais que organizam e dinamizam esse quadro social” (Costa in Silva e Pinto, 1986:137).

Existem quatro níveis de observação participante, segundo Bufford Junkker/Gold: a participante total (a identidade não é conhecida pelas pessoas observadas; o jornalista é ajudado por fontes-chave), participante-como-observador (tanto o observador como os informantes estão conscientes de que a relação entre eles é meramente de campo); observador-como-participante (contactos curtos e superficiais), e observador total (os observados ignoram o observador). Todos eles prestam um contributo con-

siderável na redacção do discurso e a utilização de cada um desses níveis vai depender, mais fortemente, do tipo de pauta a ser tratada pelo jornalista.

Através da sua inserção no ambiente que é o alvo do seu relato, o jornalista busca uma aproximação maior da realidade para captá-la por meio de todos os seus sentidos e transmiti-la de forma aprofundada, cumprindo assim a sua missão: “O que distingue o repórter é o seu íntimo contacto com a realidade, com o que está diante dos olhos, com o que concorre no momento de pousar do conhecimento sobre as coisas. A sua missão, função ou profissão é transmitir essa realidade a um grupo de pessoas, dando-lhes conta do que viu, do que sentiu, do que ouviu” (Olinto, 1968 apud Medina, 1988:86).

O jornalista recolhe dados com a sua participação quando usa esse método, não apenas por meio de entrevistas e do que vê, mas também através do que vive enquanto observador que participa. Como o faz na apuração de muitas das suas pautas, sai do seu ambiente e vai ao encontro do que irá reportar, obtém informações dos outros mas, no entanto, permanece no local da sua observação e participa. Disfarçado ou não do outro, o repórter busca uma posição diversa da sua habitual para conhecer o que vai contar.

“A metodologia da observação participante concentra-se nos significados da existência humana enxergada do ponto de vista dos *insiders*. O mundo do quotidiano enxergado através do ponto de vista dos *insiders* é a realidade fundamental a ser descrita pelo observador participante” (Jorgensen, 1989:14).

Em suma, conforme o autor, a metodologia da observação participante oferece um acesso experiencial e observacional ao

mundo dos significados dos *insiders*. Jorgensen explica que esse mundo do quotidiano, que será desbravado, é para o método da observação participante o ambiente natural, comum, usual, típico, de rotina da existência humana. Para ele, esse mundo está em contraste em relação a ambientes criados e manipulados por pesquisadores.

O autor cita como exemplo as diferenças no comportamento e na interacção entre os animais fora do seu habitat em lugares construídos ou manipulados por pesquisadores, tais como zoológicos e laboratórios. Segundo ele, os seres humanos comportam-se de forma diferente quando sabem que estão a ser observados. Por isso, assumir o papel de observador participante tentando minimizar ao máximo a possibilidade de perturbar situações sob estudo, argumenta o autor, oferece meios ao pesquisador de conduzir observações razoavelmente discretas.

O convívio ensejado por essa forma de apreensão também suaviza o distanciamento entre o observador e o que está a ser observado, como explana Julio Reynaga, que busca nas ciências sociais um exemplo também utilizado por jornalistas. “A observação participante responde àquela modalidade segundo a qual o pesquisador convive e partilha da vida do grupo estudado. Nels Anderson (pesquisador social) realizou um estudo sobre o vagabundo. Para adquirir uma visão de seus costumes e comportamento social, conviveu com vários durante um tempo. Graças a essa observação participante e sem controlo descobriu aspectos da vida do vagabundo que não teria eliminado a distância social e mental” (Reynaga, 1978:102).

O método da observação participante é capaz de responder “(...) o que está acontecendo, quem ou o que estão envolvidos,

quando e onde as coisas acontecem, como e porquê - pelo menos do ponto de vista dos participantes - as coisas ocorrem em determinadas situações” (Jorgensen, 1989:13).

A definição de Jorgensen referente ao que o método é capaz de oferecer parece uma reencarnação, em outro domínio, dos clássicos o quê, quem, quando, como, onde e por quê do jornalismo. A forma como se conseguem essas respostas é que difere do que é padrão no jornalismo. O método da observação participante é conhecido como uma maneira do pesquisador colher *in loco* as informações para o seu estudo, mas com uma particularidade: ele pode participar e fazer parte do alvo da sua pesquisa. Por isso, no caso do jornalista, muito mais do que responder à fórmula de perguntas que fazem parte da sua rotina diária, a técnica serve também para o repórter experimentar o que vai contar.

“O que você consegue observar é influenciado em grande parte pelo facto de a experiência ser baseada na visão, som, gosto, cheiro ou várias combinações do seu sentido. Quanto mais informação você tem sobre alguma coisa de múltiplos pontos de vista e fontes, menor a sua chance de interpretá-la mal” (Jorgensen, 1989:53).

O método requer que o pesquisador se torne directamente envolvido como um participante no quotidiano das pessoas. Nesse papel, de participante, terá acesso à sua vida diária do ponto de vista de um membro do grupo, um *insider*.

No jornalismo, o repórter pode mergulhar na realidade objecto da sua reportagem omitindo a sua identidade e usando um disfarce que lhe permite integrar-se ao grupo do qual quer obter informações. Noutros casos, o repórter assume ser jornalista, mas participa da “nova” rotina como os demais. Nessa

condição, em que a sua identidade de jornalista é mantida, o que faz a técnica diferir do modo usual de apuração é a intensidade do seu convívio, a sua participação no ambiente que vai reportar. Não é apenas uma reportagem aprofundada, representa um convívio mais próximo com a realidade que implica em partilhar da vida dos que fazem parte dela, passar a integrá-la por um tempo.

A amplitude de recursos de informações também favorece um trabalho mais profundo e abrangente. Na hora de escrever o texto, brotam muito mais do que declarações e opiniões que estão directa ou indirectamente ligados ao que se vai relatar. Conta-se também com o que se observou de forma intensa e o que se experimentou através de todos os sentidos.

Esse envolvimento directo do jornalista com a sua reportagem abre mais debate no dilema objectividade-subjectividade no jornalismo. É a esse tema que dedicaremos o tópico a seguir.

3 O dilema subjectividade - objectividade na observação participante e jornalística

É evidente que a forma de conhecimento produzida pela observação participante recebe uma inflexão ideológica segundo a visão de quem a usou, dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o produzem. Mas não apenas a observação participante está sujeita à subjectividade. “O jornalismo também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo” (Meditich, 1992:31). Todo o conhecimento social, ainda segundo Meditsch, envolve determinado ponto de vista sobre a história, a

sociedade e a humanidade. Como tanto a humanidade quanto a história são processos em constante construção, naturalmente que não existe um jornalismo puramente objectivo, absolutamente neutro, seja ele derivado de quaisquer métodos ou técnicas de pesquisa.

No caso da observação participante, a subjectividade não decorre do facto do jornalista estar psicologicamente envolvido com o meio que estuda, mas porque toda a forma de conhecimento e de experiência pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objecto. O próprio jornalismo implica uma visão ideológica, um posicionamento ético e político sobre a realidade.

“O jornalismo tem uma racionalidade própria, que se desenvolveu historicamente e, por isso, a tentativa de lhe impor uma racionalidade que não a dele, apelando à extrema objectividade através da substituição de jornalistas por tecnocratas, a troca da reportagem pela estatística e a cópia de modelos gráficos estrangeiros, encontra resistência” (Meditich, 1992:40). Por isso faz-se necessária a observação participante, para que o jornalismo opere a sua maneira própria de reflectir e retratar a realidade a partir das funções que assumiu. O jornalista sabe que participa da sociedade numa função mediadora e que é instrumento de opressão e oprimido nesse papel.

Para Jorgensen, o envolvimento directo do pesquisador é capaz de fornecer um material mais preciso e, defendendo-se de antemão contra alguma crítica sobre a objectividade do trabalho, ressalta que ela é prejudicada quando a forma de apreensão falha.

“Resultados precisos (objectivos e verdadeiros) tendem mais a acontecer quando o pesquisador se envolve directamente, pessoalmente e existencialmente com as pessoas

na sua vida quotidiana. A objectividade sofre quando o pesquisador, devido a uma redução em seu ponto ideal de observação, falha na hora de aprender os significados que as pessoas atrelam a suas existências. O potencial para que ocorra um mal-entendido e uma observação imprecisa aumenta quando o pesquisador permanece à parte e distanciado física e socialmente do assunto de estudo. A participação reduz a possibilidade de observação imprecisa, porque o pesquisador ganha por meio do envolvimento subjectivo acesso directo ao que as pessoas pensam, fazem e sentem desde múltiplas perspectivas (JORGENSEN, 1989:56).

Ao transpor isso para o jornalismo, podemos dizer que a eficiência informativa numa reportagem em que o repórter integrou e viveu o objecto do seu relato não sofre abalo nocivo pela sua interacção no meio. Sente-se sim um resultado mais aprofundado pelo convívio, tempo e tipo de observação e vivência como sujeito, na pele de um personagem ou de jornalista, que partilha uma determinada realidade. A isso pode-se atribuir a maior “precisão”, no sentido de pretender ser o mais fiel em relação ao objecto do trabalho e também pelo facto do mito da objectividade, nesses casos, dar uma trégua ao repórter.

4 O repórter em cena

A observação participante é um dos meios pelos quais o repórter acredita ampliar o seu nível de apreensão daquilo que vai contar. O repórter-actor observa e vive a realidade que vai descrever e assim, além do testemunho das demais personagens, conta a sua própria vivência, sensações, impressões. Isso faz parte da sua função de buscar e relatar

informações que colaborem para uma certa compreensão do mundo.

Nos casos em que se usa a técnica, o tema da pauta nem sempre está atrelado ao factual, mas muito mais à compreensão de algum fenómeno social. Pode-se dizer que através desse método o fazer jornalístico convencional, aquele que se resume a obter depoimentos e agrupá-los num texto e que corre com a pressa do dia-a-dia, consegue respirar.

“A obsessão pela actualidade, pelo tempo presente de duração curta, transforma-se na câmara de um labirinto que dificulta ao jornalismo a ascensão a um patamar superior, de onde possa descortinar a realidade que se desdobra, em movimento, pelos diferentes círculos concêntricos temporais. O corte forçado no tempo imediato, que tem a finalidade de esclarecer o real, acaba impedindo justamente o alcance da compreensão. Não se trata, aqui, de negar a validade desse procedimento jornalístico em todas as instâncias” (LIMA, 1995:57). O autor ainda continua: “Naturalmente que, para o leitor, muitas mensagens não necessitam ultrapassar o âmbito do efêmero. Mas quando se trata da reportagem, cujo objectivo é o aprofundamento, a definição da pauta pelo critério de actualidade pode revelar-se inócua, na medida em que muitos dos fenómenos que nos afectam escapam de uma conformação actual, no sentido restrito, tendo muito mais a ver com a concepção um pouco mais dilatada de tempo presente” (idem).

Reportagens feitas a partir da observação participante encaixam-se perfeitamente nessa noção de tempo presente mais dilatado e o seu foco é o aprofundamento em domínios que, geralmente, estão ligados à compreensão de fenómenos sociais latentes.

Esse mergulho na realidade foi bem explo-

rado pelo *new journalism*, corrente que teve grande força nos Estados Unidos na década de 60, período em que o país testemunhava um processo de transformação social, com a liberação sexual e o movimento *hippie*.

Havia a preocupação de penetrar nas situações que os jornalistas se propunham a relatar, como exemplifica Tom Wolfe, um dos expoentes dessa corrente, no livro que reuniu exemplos de reportagens dessa época. Em *The New Journalism*, Wolfe (1973) apresenta os casos de John Sack, que convenceu o Exército a permitir que integrasse uma companhia de infantaria para participar do treinamento e depois ir para o Vietname, como repórter e não como recruta; de George Plimpton, que foi treinar, jogar e viver com jogadores de futebol americano profissional, os Detroit Lions. Há ainda, conhecida pelo seu desfecho conturbado, a experiência de Hunter Thompson, que integrou como repórter o grupo de motociclistas Anjos do Inferno por 18 meses. Segundo Wolfe, os Anjos fizeram o último capítulo por Thompson, ao bater nele e deixarem-no à beira da morte, a cuspir sangue e dentes.

No caso de Plimpton, Wolfe argumenta que ao treinar e viver com os Detroit Lions ele “conseguiu fazer com que os atletas lhe contassem coisas do tipo que jamais divulgariam a jornalistas desportivos” (WOLFE, 1973:240).

O *new journalism* pregava a presença do repórter ao lado de quem ou do que fosse escrever, para que o seu texto pudesse ter o máximo de cenas a serem reportadas. Essa era uma forma de deixar o relato mais vivo e fazer o leitor sentir-se como se estivesse presenciando os factos narrados.

Ao propor esse método, os jornalistas alegam querer mostrar como é viver nas mes-

mas condições que um mendigo, um morador de favela, uma prostituta, como é sobreviver com um salário mínimo e como aguentar anos e anos numa cela prisional.

O jornalista poderia simplesmente entrevistar pessoas que vivem na condição que pretende relatar, fazer uso de estatísticas e depoimentos. Mas detecta-se, no entanto, que em alguns casos o uso da observação participante como forma de apuração é o mais relevante da proposta. Algumas vezes, a sugestão de reportagem apenas se concretiza pela forma como será apurada, pelo menos nos tempos actuais. Isso pode atribuir-se ao forte apelo de aventura de ser clandestino, de correr o risco de ser desvendado e de submeter-se a situações difíceis - até em termos de sobrevivência. Contudo, são reportagens que necessitam de tempo e espaço para serem escritas. O repórter geralmente passa dias a apurar, a viver a experiência e, no momento de escrever, a reportagem é mais trabalhada e é-lhe dedicada mais páginas.

Normalmente, por se diferenciar do que se publica no dia-a-dia pela apuração e apresentação, considera-se que tem apelo entre os leitores. Além disso, quando o jornalista se disfarça, agrega-se o gosto da aventura e do heroísmo que rodeiam a profissão de repórter, não apenas para o jornalista, mas para o público também. Como Geraldo Vieira Filho chamou de “complexo de Clark Kent”, referindo-se ao Super-homem. “A ficção coloriu uma profissão na qual o dia-a-dia é uma maravilhosa aventura no combate aos males sociais na procura da verdade” (VIEIRA FILHO, 1991:156), numa crítica também aos meios usados no desempenho da profissão.

Obviamente, essa espectacularização nunca é explícita nos argumentos do repórter para usar um disfarce. Como explica o jor-

nalista alemão Günter Wallraff, conhecido como o “jornalista-indesejável” pelos seus inúmeros disfarces e denúncias, quando trabalha e se expressa, como jornalista ou escritor, jamais o faz de segunda mão. “Dedico-me a expressar o que eu mesmo vivi, (...) quem vive e sente algo na sua própria pele tira conclusões muito mais rápidas e mais decisivas do que aquele que apenas ouviu ou leu algumas informações a esse respeito.” (WALLRAFF, 1978:228). Wallraff ficou conhecido no mundo todo com o seu livro *Cabeça de Turco* (1985), no qual narra as suas aventuras disfarçado de imigrante turco na Alemanha. Com o seu novo nome, identidade, sotaque e até aparência física alterada, mostrou discriminação e condições de trabalho desumanas, como demonstra no seu livro. A vontade de “experimentar” a realidade que pretendia relatar chegou ao extremo de submeter-se à ingestão de medicamentos sob teste. O jornalista descobriu por meio dos seus colegas imigrantes que alguns “empregavam-se” de cobaias em troca de remuneração e decidiu experimentar:

“Pude sentir na pele os efeitos colaterais que, segundo me diziam, aparecem muito raramente. Ao regressar dessa viagem pelos laboratórios farmacêuticos, minha gengiva inferior começou a inchar e supurar. O dentista diagnosticou ‘gengivite’ e presumindo correctamente, perguntou-me: ‘O senhor tem tomado algum remédio à base de fenitoína?’ (Fenitoína era um dos compostos do medicamento testado no LAB em Ulm.) Respondi que sim...” (WALLRAFF, 1985:172).

Nos disfarces de Wallraff percebe-se claramente a vontade de denunciar situações que considera irregulares. Como escreve

Klaus Schuffels na apresentação de um livro do repórter (WALLRAFF, 1979:16), ao descrever a realidade com uma minuciosa exactidão, a reportagem permite a identificação intelectual. Segundo Schuffels, a confrontação de um indivíduo com um objectivo isolado e a transformação limitada “permite esperar que uma mudança em grande escala possa ser possível quando sejam muitos os que se disponham a consegui-la”. Com essas palavras, ele atribui ao jornalista alemão um interesse de transformação social na escolha das suas reportagens e meios de apuração. E adverte que, ao contrário do Super-homem (“esse superego esclerotizante e embrutecedor de uns seres indefesos”), “Wallraff oferece aos provisionalmente mais frágeis e despojados dos seus direitos, o valor de assumir a defesa dos seus próprios interesses”.

O ponto seguinte mostra como foi aplicar toda a base teórica desenvolvida até então na prática. A pesquisadora integrou-se na favela da Rocinha para viver na sua própria pele experiências similares a relatadas por Wallraff e por outros jornalistas investigativos.

5 Hora de subir o morro

Uma viagem de férias ao Rio de Janeiro, no Brasil, em Janeiro deste ano começou a despertar em mim um interesse que ia além dos tradicionais roteiros turísticos. Hospedada num hotel a poucos metros da maior favela da América Latina, a Rocinha, passei a observar com mais atenção a maneira como a vida naquele conglomerado borbulhava. Era muita agitação, muitos estilos musicais juntos, em altos berros, crianças a levantar papagaios, donas-de-casa carregadas de sacos a meterem-se em corredores labirínticos.

Vivi quase a minha vida toda em São

Paulo e nunca parei um minuto sequer para pensar em como seria uma favela por dentro. Sempre passava em frente de algumas no caminho para a escola ou para o trabalho e confesso que sentia um certo ar de desprezo, de desdém. Lembro-me de certa vez me ter enganado num itinerário e ir parar mesmo ao pé de uma grande favela de São Paulo. Um arrepio gelado subiu-me pela espinha. Fiquei trépida. Tive brancas até para me lembrar de como engatar a marcha-atrás.

Acho que no fundo todo brasileiro de classe média não gosta de estar por perto de uma favela. É muita violência junta. Muita pobreza, muita droga. Olhar de perto, dar atenção a uma favela já é demais, faz mal para a saúde mental. É assim que pensa uma grande maioria dos cidadãos urbanos que são obrigados a conviver com favelas e favelados.

No Rio, não sei exactamente o porquê, a curiosidade de saber afinal o que era uma favela me contagiou. Queria ir lá, disfarçar-me de qualquer coisa e esconder a minha identidade de jornalista.

Queria conversar com pessoas, de igual para igual, ouvir os seus anseios, os seus sonhos e as suas histórias. Queria saber se as crianças gostam de acordar de manhã com o barulho das balas a romperem pelas suas janelas. Queria saber se os adolescentes gostam de trabalhar para os traficantes como intermediários de venda. Queria ver a infraestrutura, correr descalça pelas escadas, ter uma refeição entre os moradores. O método da observação participante seria a melhor forma, já que não queria fazer-me notar demasiado entre os moradores, apesar de ser totalmente uma estranha no ninho.

Havia tanto por desvendar, mas pouco tempo para me empenhar. O desafio me es-

tava lançado. Não me contive e quis saber o que os outros pensariam dessa aventura.

Falei com alguns brasileiros e estrangeiros que estavam no meu hotel sobre a minha ideia de ir até a Rocinha e tentar me acomodar lá por alguns dias. A reacção foi unânime, tenha sido em português, hebraico, turco ou inglês: “Estás louca? Toda aquela gente quer sair de lá e tu, queres entrar e ficar lá?!” Parece que esse desprezo impulsionou-me ainda mais.

A primeira providência que tive foi contactar uma microempresa de turismo que levava pequenos grupos de estrangeiros para um passeio na Rocinha. Havia uma vaga para o dia seguinte. Não hesitei e me inscrevi. Paguei 65 reais - o equivalente a 22 euros - e esperei na porta do hotel pela carrinha e pelo guia que me levariam à parte do meu objectivo.

Tive imensa sorte em conhecer um guia simpático e bem-disposto, o Luiz, que logo no primeiro minuto disparou a dar recomendações de como se portar durante todo o percurso: “Não tire foto dos traficantes. Não olhe aos moradores com desprezo. Não dê dinheiro à ninguém. Não se assuste se, de repente, estiver no meio de um tiroteio. Não compre drogas (...)”.

Estive mesmo para desistir, mas a carrinha arrancou. Fomos para outros hotéis buscar os “gringos” - expressão usada para denominar estrangeiros no Brasil - do grupo. Eram só mulheres. Seis no total, mais o guia. Eu era a única a falar português.

Durante o percurso, o guia ia a dar alguns dados relevantes sobre a favela: são 200 mil habitantes, 90% migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil e que ganham menos de 400 reais - 132 euros - por mês.

Ele estacionou a carrinha no pé do morro,

que fica entre os bairros nobres da Gávea e de São Conrado, e avisou-nos que montaríamos numa motocicleta até ao topo.

O meu “mototaxista”, Ricardo, logo me-teu conversa, embora com o forte ruído da mota pouco se ouvisse. Disse a ele que estava a tirar o curso de Sociologia em Portugal e que gostava de passar alguns dias na Rocinha para pesquisar o quotidiano dos seus moradores. Perguntei-lhe se ele achava perigoso eu me meter nessa história. Ele riu-se e em tom irónico respondeu-me: “Estás mais protegida na favela do que no asfalto. Aqui quem manda são os traficantes e eles protegem a gente.” Não sei se deveria me sentir mais aliviada ou simplesmente pedir para que ele fizesse meia volta e me levasse de volta ao hotel.

Simpaticamente, Ricardo ofereceu-me a casa de um amigo, que tinha um sofá a sobrar na sala, para eu dormir naquela noite. Disse que ia falar com ele e que ele me procuraria na favela. “Mas como, se ele não me conhece?”, foi a pergunta que fiz. “Ele vai saber quem você é e vai te achar”, foi a resposta que ouvi.

Passei o resto do caminho a pensar se o meu disfarce de estudante de Sociologia era o melhor para conseguir relatos de personagens da Rocinha que nunca se abriram a jornalistas. Mas já estava feito. Antes de partir para a aventura, li dezenas de artigos sobre a favela. A maioria deles falava sobre tiroteios entre polícias e traficantes, algo bastante constante e habitual no dia-a-dia de quem vive lá. Rezava para que mais um não acontecesse durante a minha provável estada lá.

Já no topo do morro, fiquei surpreendida com a bela vista da cidade do Rio de Janeiro. Dava para notar perfeitamente onde estavam

os dois bairros chiques - mesmo abaixo da favela - e um colégio norte-americano que cobra mensalidades acima dos 10 ordenados mínimos brasileiros - algo em torno dos 790 euros. Um contraste marcante, díspar numa relação mútua do bom entendimento. Os traficantes evitam que os disparos cheguem até a zona rica e os moradores desses bairros já se acostumaram, também, à agitação da favela.

O guia reuniu as suas meninas e começamos a caminhar. Passamos por um posto de saúde - que tinha uma longa fila à porta e mostrava necessidade de uma grande remodelação - por uma escola estadual, uma creche e muito comércio. Os moradores da Rocinha não precisam descer o morro todo para ir às compras. Contam, na porta de casa, com uma vasta variedade de artigos, que variam de comidas, galinhas mortas na hora e roupas a artigos importados do Paraguai. São cerca de 2.500 estabelecimentos comerciais, incluindo lojas de eletrodomésticos, bares, ginásios, restaurantes, papelerias, lojas de CD e todo o resto que se possa imaginar. Quando os tiros rompem pelos ares, entretanto, é hora de fechar as portas, acalmar-se para a poeira baixar e voltar a recuperar as horas perdidas. “Aqui ninguém tem medo não, só se for da polícia que não distingue se é um traficante ou um trabalhador honesto”, disse o seu Osório, dono de um bar simples, mas que “vende cachaça como água de manhã cedo”.

Entre as ruas sujas e mal-cheirososas - devido ao esgoto a correr a céu aberto -, crianças corriam descalças, brincavam, jogavam-se no chão. Em meio ao cinza, uma barraca de flores dava um toque primaveril, alegre à ladeira. Cada uma das meninas do grupo ganhou uma rosa do seu Jacinto, que vende flo-

res “baratinho para alegrar a casa de todo o pessoal da Rocinha”.

A seguir à barraca, uma grande mesa de peixe fresco, galinhas piando à espera do abatimento, mulatas de curvas invejáveis a dançar o “funk” - tipo de música que faz os moradores da Rocinha irem ao delírio nos bailes de domingo - e rapazes de menos de 16 anos a vender canábis, cocaína e craque.

O nosso verdadeiro passeio pela Rocinha começa naquele ponto. Pelas escadas apertadas, crianças espiam as estrangeiras, gritando: “Money, money. Gringo dá money.” Correm, tentam chamar a atenção e pedem que tiremos fotos. As meninas, de 4 ou 5 anos, fazem poses quando apontamos a máquina. “Quero ser modelo ou apresentadora de TV”, diz a pequena Lidiane, que se cala quando lhe pergunto a idade. “Moça, você não tem um trocadinho pra mim?”, pergunta ela com o dedo indicador na boca e olhar de carência. Deixo a pergunta da miúda sem resposta. Ela então pergunta a uma holandesa, que não entende nada de português. A menina sai de mãos a abanar e continua a pisar, descalça, a balançar as ancas, o chão onde se misturam lixo doméstico e esgoto.

A cada porta de bar que passávamos, ouvíamos - e apenas eu entendia: “Quanta mulher boa junta. Quanta gostosura!”. Eram 11h e os “botecos” estavam abarrotados de gente a beber cerveja e a “branquinha” (cachaça). Eu ria-me com os elogios. Eles pensavam que eu também não falasse português. O guia, na brincadeira, avisa um deles: “A morena é de São Paulo, seu otário. E não tá gostando nada dos seus comentários”. O rapaz corou, mas na brincadeira emendou: “Que bom que ela entende, porque assim fica a saber que é uma gostosa!” Dessa vez quem

ficou vermelha fui eu. Apenas ri e segui a descida.

Entramos na casa do artista plástico Joanir, que descobriu o seu talento numa oficina desenvolvida dentro da favela. Antes trabalhava para os traficantes como olheiro - aquele que observa todos os movimentos da favela sempre com uns binóculos à mão.

Quadros belíssimos, com cores vivas e traços fortes que mostravam um quotidiano espectacularizado da Rocinha. Simples moradores viraram modelos: uma senhora sobe o morro com um saco de laranja às costas; as crianças a brincarem com os papagaios nos telhados das casas. A favela ganha mais vida na pintura sobre a tela, que se transformou no ganha-pão de Joanir. As obras valem entre 100 e 500 euros. “Sei que é caro, mas é arte e de arte eu aprendi a gostar e a valorizar. O artista é abençoado por Deus, ainda mais um que vive na favela”, confessa ele.

Na Associação Cultural dos Amigos da Rocinha, voluntários e funcionários empenham-se em afastar as crianças do tráfico de drogas. Caso elas frequentemente regularmente a escola, podem ter as suas manhãs ou tardes ocupadas com aulas de capoeira, pintura, danças, informática e artesanato. E sempre que há doações, levam um brinquedo ou livro para casa. O espaço é pequeno, mas é apenas o começo de uma grande vontade de levar mais cultura, educação e lazer à comunidade carente.

Prosseguindo nos labirintos, encontramos a Dona Maria Preta, umas das mais antigas moradoras da Rocinha. Ninguém sabe ao certo como as pessoas começaram a se agrupar no morro Dois Irmãos. O que os moradores mais antigos contam, como a Dona Maria Preta, é que saíram do Norte e Nordeste do Brasil atrás de um emprego na ci-

dade grande. Sem dinheiro e sem trabalho, começaram a montar barracos com um tipo de madeira chamada favela. Cultivavam uma pequena roça de subsistência e vem daí o nome Rocinha. A outra hipótese é de que o nome tenha derivado de uma moradora popular muito loura e branca, que era chamada de “russinha”.

Dona Maria Preta não liga muito à história do local onde vive. Sente-se feliz com a casinha de dois quartos que construiu aos poucos, acarinhada e protegida. “Eu, me mudar? Nem que me dessem um apartamento de luxo na melhor cidade do mundo. Não há nada igual a viver na Rocinha.”

Cada vez mais pessoas chegaram ao bairro, que cresceu desordenadamente, sem saneamento básico, água canalizada e tratada e electricidade. “A gente roubava a luz dos ricos”, diz Dona Maria, referindo-se às ligações clandestinas de electricidade. Os moradores ligavam longas extensões de fios para levar a luz a todos os pontos da favela, sem pagar um cêntimo pela eletricidade.

Em 1992, quando a Rocinha passou a ser reconhecida como um bairro, a situação mudou um pouco, ao menos oficialmente: a companhia de electricidade instalou postes nas ruas para a iluminação pública e foram colocados contadores em todas as casas. Mais de 10 anos depois, a grande parte dos moradores ainda não paga a luz. “Os ricos que têm dinheiro é que têm que pagar”, argumenta Dona Maria. Muitos contadores mostram “00000”, apesar das casas estarem a consumir.

Enquanto continuava a descer o morro, um rapaz me cutucou e disse que alguém queria falar comigo. Achei estranho, fiquei assustada. “Quem?”, perguntei. Ele disse nos meus ouvidos: “O Digão. O traficante. Vem

comigo que eu vou te levar lá.” Fiquei gelada. “Será que devo ir? Onde estou a meter?”, eram as únicas coisas em que conseguia pensar. Pedi um minuto ao rapaz e fui conversar com o meu guia Luiz. Contei-lhe que queria passar ao menos uma noite na Rocinha para absorver melhor aquela realidade. Ele olhou-me com espanto. Disse que o traficante Digão iria me alojar e com cara de alívio ele respondeu: “Ah, o Digão é gente boa. Tá com ele é tá com Deus. Mas mesmo assim toma cuidado. Vê se é isso mesmo que você quer”.

Voltei a subir o morro a pensar em como Digão conseguiu me identificar e que tipo de homem é um traficante. Como num *flash*, uma série de possíveis esteriótipos tomaram conta dos meus pensamentos. Suava frio, apesar dos 38 graus.

Numa casa de dois andares estava Digão à minha espera. Primeiro olhou-me de cima abaixo e foi logo perguntando: “Você não é jornalista não, né?” Muito calmamente disse que não. “Não, não. Ainda nem me formei. Estudo Sociologia em Lisboa.” Ainda desconfiado, Digão foi directo ao assunto: “Então quer dizer que a mocinha quer passar uma noite na Rocinha?!” Expliquei o porquê do meu desejo, justificando que estava a desenvolver um estudo sociológico sobre moradores de favela. Poucos minutos depois, já estava na mesa da cozinha a comer petiscos e a beber guaraná numa entrosada conversa.

Um peso saiu-me do pensamento. Ao menos a primeira fase já estava concluída. Decidi ficar mesmo na casa de Digão para aquela noite. A namorada dele, Martinha, não ficou muito feliz com a história, fechou a cara, mas logo rendeu-se a me ensinar samba, dizendo: “Essa gente de São Paulo não tem mesmo nenhum samba no pé.”

Voltei a ter com o meu grupo para dizer ao guia que ficaria na Rocinha. Combinámos que no dia seguinte, no fim da tarde, eu voltaria com ele para o meu hotel. Aperto de mão e lá estava eu, sozinha, na Rocinha.

Digão começou cedo no tráfico. Com 12 anos, convivia com rapazes mais velhos que trabalhavam para os traficantes do morro. Aos 16, já estava a vender drogas e a juntar algum dinheiro. Largou a escola no sexto ano. Acha que não precisa estudar para administrar o seu negócio. E não se arrepende de ter tomado esse caminho. “Gosto do que faço. Acho que tem adrenalina, emoção. É um comércio como tantos outros. Enquanto estiver gente a comprar vou continuar a vender.” Ele faz em média 2.000 euros por mês com o tráfico e contou que não é o “favelado” que consome os seus produtos, mas os “mauricinhos”, meninos de famílias ricas.

Medo da polícia? Digão responde: “São os polícias que têm medo de mim.” Ele nunca foi preso ou atingido nos tiroteios que comanda e acredita que se caso for, o destino vai se encarregar do seu rumo. “Deus é que manda. Se tiver que ser, vai ser, se é esse o meu destino, que seja.” Religioso, o traficante frequenta as sessões da Assembleia de Deus e reza para que os moradores do seu bairro nunca sejam atingidos pelas drogas ou pela violência. “É estranho rezar por alguma coisa que eu mesmo peço, não?”

Conversa vai, conversa vem, a tarde ia passando. A casa de Digão era agitada: os seus funcionários buscavam cada vez mais mercadoria, que ficava alojada num quarto que supostamente seria onde eu dormiria. Nunca havia visto tanta cannabis e cocaína junta! O maior mercado fornecedor de coca é a Colômbia. A droga costuma atravessar sem problemas a selva amazónica e chegar aos

pontos de venda e de consumo. A cannabis, segundo Digão, é “um produto interno de altíssima qualidade. Sente só o cheiro!”

Além de abastecer o Rio de Janeiro, a droga também é contrabandeada para países da Europa como Holanda, Suécia, Inglaterra, França, Espanha e Portugal, os grandes clientes de Digão. Apesar da minha insistência no assunto, ele pouco falou. “A gente geralmente paga uns polícias no aeroporto ou dá uma parte do lucro pra eles e a droga viaja. Não tem problema não, é muito fácil. Com um suborno, tudo funciona bem.”

O cheiro de frango começa a tomar o ambiente da casa. Era hora do jantar. Toalha simples, mas mesa farta. Antes da refeição, uma oração para agradecer a comida que estava diante de nós. Comemos a ouvir funk.

Depois do jantar, Digão levou-me para conhecer alguns dos seus parceiros do tráfico. Todos trataram-me com imensa simpatia, embora estivessem muito ocupados a trabalhar, a contar os lucros do dia. O movimento maior costuma começar depois das 20h.

Fiquei impressionada com a belíssima visão que a Rocinha proporciona à noite. O mesmo esplendor do Cristo Redentor. Uma sensação de segurança, pessoas felizes a andar pelas travessas, com as cadeiras a porta a assistir o movimento ou a ver televisão no último volume. Uma simplicidade que enchia as pessoas de alegria, dava-lhes força para o dia seguinte de trabalho.

Já estava quase na hora de ir para cama. Digão ajeitou o sofá e pediu desculpas por não ter um lugar mais confortável. “Você apareceu de última hora.” Demorei para adormecer. Tinha medo de fechar os olhos. Nem acreditava que estava ali. Os meus pais morreriam de pavor se soubessem. Mas não

havia o que temer. Todas as pessoas com quem tive contacto foram impecáveis.

Às 5h30 o café já fazia-se sentir pelas casas da Rocinha. Às 6h, começava o movimento. Crianças a ir para escola, adultos a formar filas para as duas linhas de autocarros que vão para o centro do Rio. A vida era dura para a maioria deles. Alguns tinham até três empregos para conseguir colocar comida no prato de todos os filhos. As famílias lá são numerosas: são, geralmente, mais de quatro filhos em cada casa. Às vezes, não há creche ou escola para todos. Os que ficam em casa, sozinhos, assistem TV, brincam na rua.

A minha missão na Rocinha estava quase a terminar, pelo menos daquela vez. Ficaram bons amigos, boas lembranças, um medo ultrapassado. E o mais importante: ficou a impressão de que favelado é gente como toda gente, e que traficante é traficante porque vender droga compensa mais do que trabalhar 10 horas por dia num emprego que detesta e ganhar um ordenado que nem sequer paga as contas básicas. Apesar de toda aquela pobreza, aquela gente tem orgulho de dizer que mora na Rocinha. Lá é a casa deles, é o lar, é onde sentem-se protegidos, ainda que o perigo more ao lado.

Despedi-me de Digão, Martinha e das crianças com lágrimas nos olhos. Foi uma das poucas vezes que senti um abraço verdadeiro.

6 Conclusão

Constatou-se através desta pesquisa que a observação participante permite ao jornalista uma aproximação ao que vai reportar, independentemente de utilizar ou não um *disfarce*. Com esta técnica, há a possibilidade de um relato mais aprofundado, em que as

impressões do repórter podem ser descritas no texto. Contam para isso não apenas o tempo que passa a viver na nova realidade, mas a sua experiência nessa situação.

Como já foi dito, o jornalista vai a campo ocupar outra posição, outro ponto de vista. Tenta ver a partir do olhar do outro, mas mantém a sua mira de repórter, disciplinada. Esse jogo dos dois olhares permite uma apreensão diferente do objecto da sua reportagem, em comparação com a forma de apuração na qual o repórter não se desloca como participante àquele meio. A sua captação é amplificada por experimentar o que se propõe a contar e porque tem a oportunidade de interagir, participar daquele meio, enquanto observa, faz uso de todos os seus sentidos e experimenta.

A observação participante permite colectar dados através da participação do jornalista na vida quotidiana do grupo que vai integrar. Observa as pessoas intensamente nas situações com que se deparam no seu quotidiano e como se comportam perante elas, pergunta, interage.

Esse contacto aproximado vai oferecer ao jornalista mais elementos para compreender e descrever o alvo da sua apuração no momento de redigir, pois coabitou aquele ambiente. Esteve ao lado das pessoas que vão compor a sua reportagem e viveu como elas. Além disso, pode usar o “eu” no seu relato, como geralmente é feito. Isso abre-lhe espaço para colocar as suas impressões, obtidas a partir de uma perspectiva adequada e capazes de ajudar o leitor a conhecer a realidade sobre a qual o jornalista escreve.

O que se percebeu com a experiência vivida pela autora deste trabalho na favela da Rocinha foi que o envolvimento directo do repórter permitiu a compreensão mais plena

do objecto da reportagem. Viu-se que o disfarce é um atalho que aproxima mais rapidamente, mas envolve também um problema ético em relação aos depoimentos obtidos por meio da personagem que vive. O disfarce pode encurtar caminhos, porque já coloca o repórter praticamente integrado no palco da sua observação, mas as pessoas com as quais convive, desavisadamente, passam a ter as suas falas e conversas passíveis de publicação.

Actualmente, fazem parte do quotidiano das redacções falta de tempo e de espaço para o repórter. Dois elementos importantes para esse tipo de apuração. Concomitantemente, entretanto, sente-se por parte dos repórteres, editores e leitores uma certa sede de relatos e reportagens diferenciadas, mais humanas e aprofundadas.

Por isso, considera-se que a observação participante seja uma importante forma de mudar não apenas o que se oferece ao leitor, mas também de fazer os profissionais reflectirem sobre a maneira como interagem com uma das suas “matérias-primas”. A realidade que pulsa fora da correria mecânica das redacções e que merece um olhar mais detido e abrangente.

7 Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira, “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais, in SILVA, Santos Augusto e PINTO, José Madureira. *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, 1986.
- BECKER, HOWARD. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CICOUREL, Aaron. "Teoria e Método de Pesquisa em Campo" in *Desvendando Máscaras Sociais*. Alba Zaluar (org.), Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- COSTA, António Firmino da Costa, “A Pesquisa de Terreno em Sociologia” in *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, 1986.
- ITURRA, Raúl, “Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia” in *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, 1986.
- JOHNSON, M.L. *The New Journalism*. Kansas: The University Press of Kansas, 1971.
- JORGENSEN, D. L. *Participant Observation: a methodology for human studies*, Thousand Oaks, California: SAGE Publications, 1989.
- LAZARFELD, Paul F., “Foreword to the English edition: forty years later”, in JAHODA M., LAZARFELD P.F. e ZEISSEL H. *Marienthal: the Sociology of an Unemployed Community*, Londres: Tavistock, 1992
- MARTÍNEZ, T. E. “Periodismo y Narración”, in *Elmalpensante*, Bogotá: 16 de Dezembro a 31 de Janeiro de 2001, número 27, p. 38-44

- MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDITSCH, Eduardo. *O Conhecimento do Jornalismo*, Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1992
- REYNAGA, Julio. *Periodismo interpretativo: el reportaje*. Quito, Ecuador: Época/Ciespal, 1978.
- PALERMO, Maria Pia Sica. *Viver na pele do outro: o uso da observação participante na realização da reportagem*. Tese de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- VELHO, Gilberto, “Observando o Familiar” in *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WALLRAFF, Günter. *Cabeça de Turco*. Rio de Janeiro: Globo, 1985.
- WOLFE, Tom. *The New Journalism*. New York: Harper&Row, 1973.